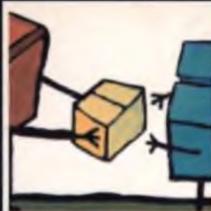


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

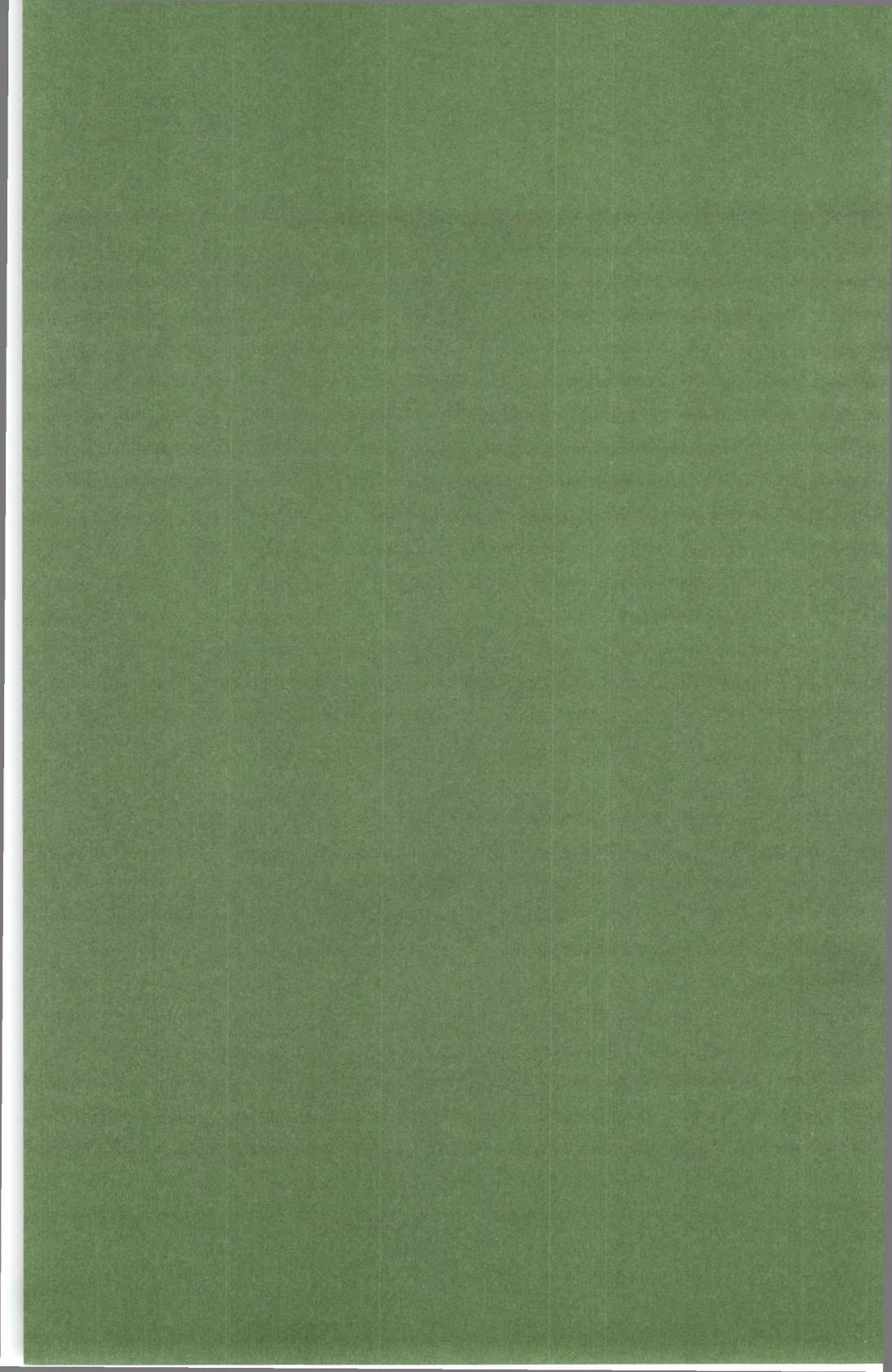
Guilherme de Almeida 239

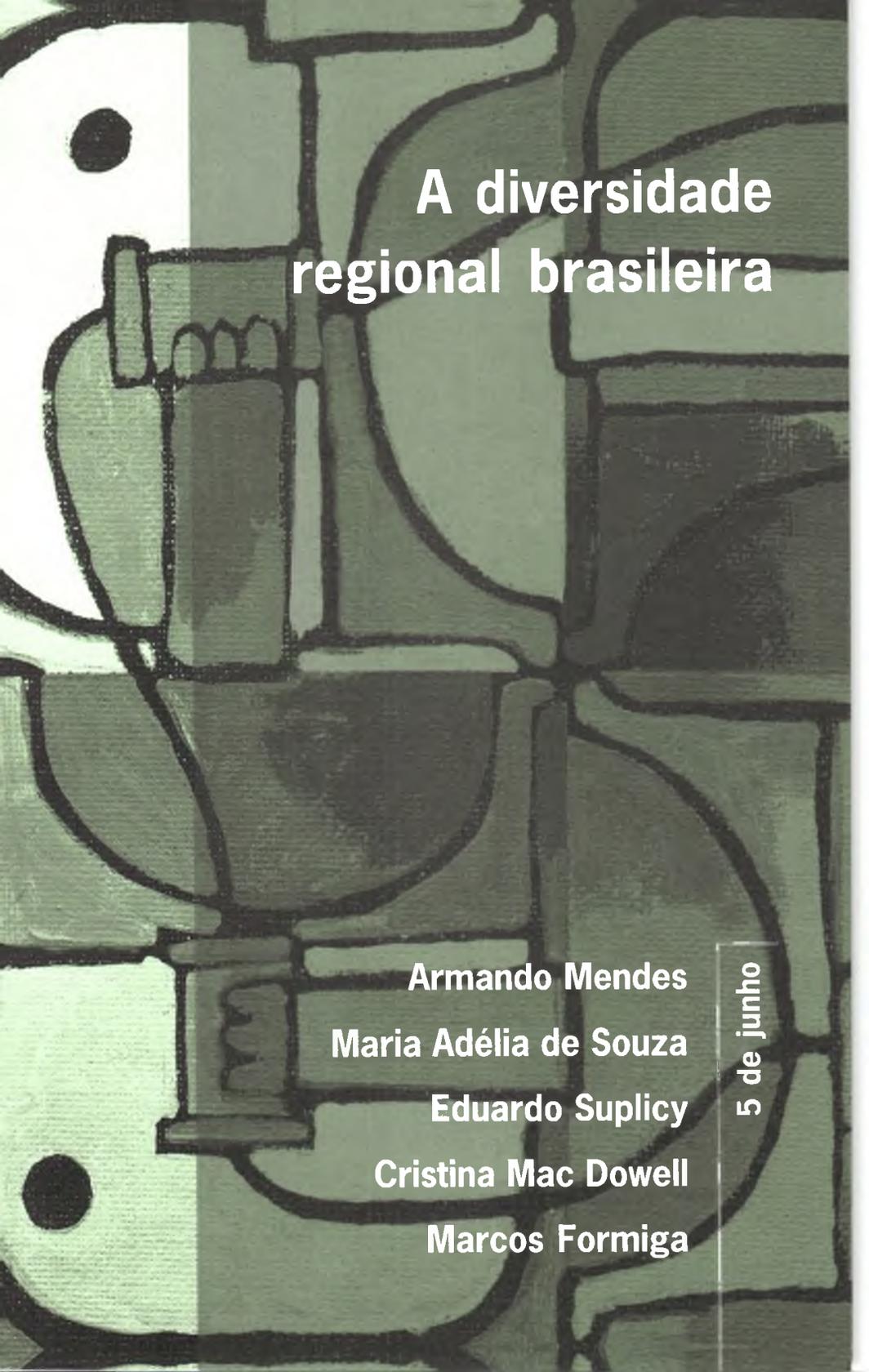
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499





A diversidade regional brasileira

Armando Mendes

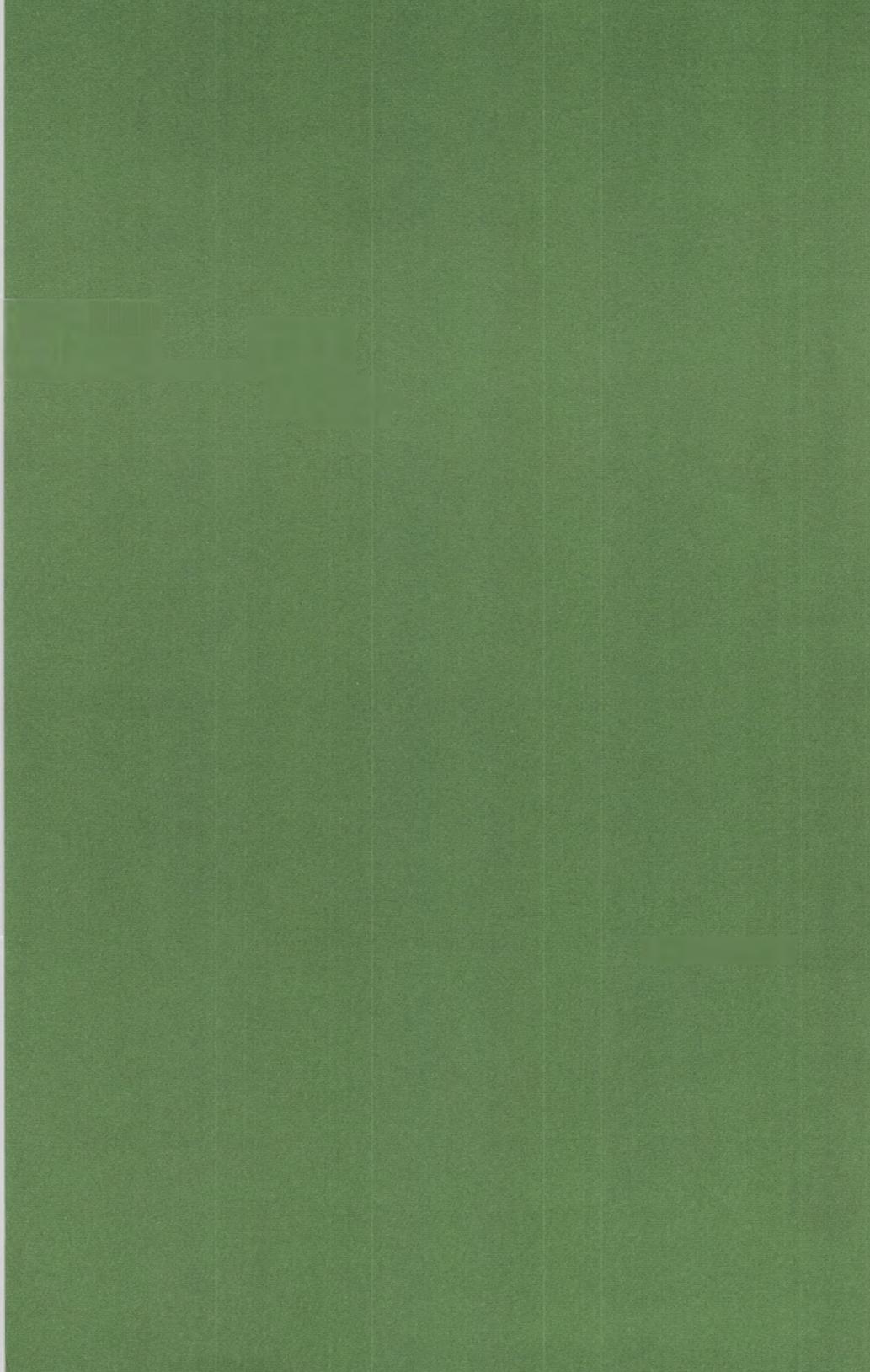
Maria Adélia de Souza

Eduardo Suplicy

Cristina Mac Dowell

Marcos Formiga

5 de junho



As Disparidades Regionais: um Retrato do Nordeste Brasileiro

Cristina Mac Dowell

Nos últimos anos, o tema desigualdade de renda tem sido alvo de calorosas discussões políticas e acadêmicas. A recente divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2000 contribuiu ainda mais para esse debate. Apesar da melhoria nos indicadores sociais do Brasil na última década, os resultados mostram que a distribuição de renda no País continua altamente concentrada, com 24,4% da população ganhando até um salário mínimo. Em termos regionais, o retrato também é dramático. A região Nordeste permanece como o principal pólo de pobreza, com 46,2% de sua população ganhando um salário mínimo e apenas 1,4% acima de 20 salários. Já no Sudeste, a percentagem da população que ganha apenas um salário mínimo é de 15,9%, enquanto 3,3% estão acima de 20 salários.

Essa questão no Brasil é extremamente séria e delicada uma vez que temos que lidar com os dois tipos de desigualdades de renda: *interpessoal* e *regional*, cujas raízes são diferentes e, portanto, o desenho das políticas públicas para minimização desses problemas deve atender as especificidades de cada uma delas.

Cristina Mac Dowell é Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Faz Doutorado na Universidade de Brasília (UnB) na área de Economia do Setor Público. É Coordenadora-Geral de Estudos Regionais no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Consultora do Banco Mundial e da Escola de Administração Fazendária - ESAF.

As políticas compensatórias de renda, implementadas por meio de programas sociais, apesar de atenuarem as péssimas condições de vida que atingem grande parte da população brasileira, não se constituem em instrumentos suficientes para redução das desigualdades regionais.

Quando se discute a questão regional no Brasil, interessa-se em analisar não apenas as diferenças entre as macro-regiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – mas, principalmente, entre os micro-espacos homogêneos existentes dentro delas. Esse tratamento microrregional é importante porque tanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (mais desenvolvidas) quanto no Nordeste e Norte (regiões menos desenvolvidas) existem áreas “luminosas” (com experiências exitosas de desenvolvimento socioeconômico) e “opacas” (com níveis baixos de desenvolvimento), como lembrou a Professora Maria Adélia. Assim, no desenho das políticas públicas deve-se ter em mente as especificidades e necessidades locais.

No Nordeste, por exemplo, onde o PIB por habitante corresponde a menos da metade da média brasileira, existem ilhas de prosperidade em meio a um oceano de miséria. Os pólos de Petrolina-Juazeiro (fruticultura), Barreiras (soja), Camaçari (petroquímico), Mossoró (petróleo), Sobral (calçados), por exemplo, têm se revelado como importantes experiências de desenvolvimento econômico e social.

O objetivo desse artigo é apresentar as profundas disparidades regionais existentes no Brasil, ressaltando o abismo que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas. Tendo como pano de fundo a análise da evolução dos indicadores socioeconômicos, será discutida a importância dos instrumentos de política regional implementados no Brasil desde o final dos anos 1950's para o desenvolvimento da região Nordeste.

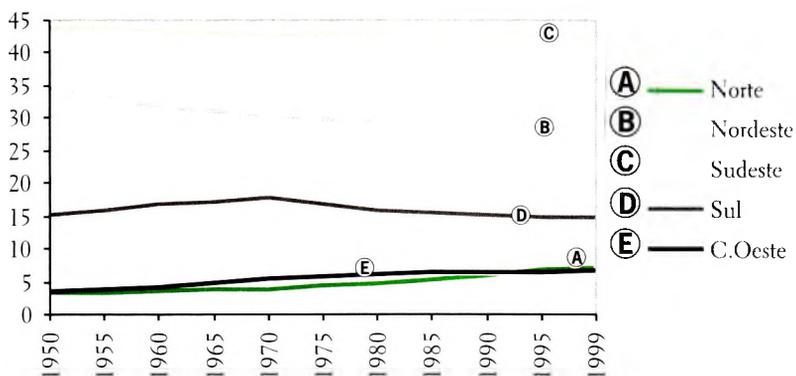
Um retrato das disparidades regionais brasileiras

Apesar da melhora nos indicadores sociais do Nordeste, as desigualdades regionais ainda fazem parte do cenário brasileiro neste início do Século XXI, obrigando significativa parcela da população a viver em condições desumanas.

Entre 1950 e 1999, a região Nordeste reduziu em quase 7% sua participação no total da população brasileira. Enquanto 35% dos brasileiros habitavam no Nordeste em 1950, esse percentual caiu para um pouco mais de 28% no ano de 1999, o que significa mais de 46 milhões de pessoas vivendo em uma região com baixa qualidade de vida.

Gráfico 1

Participação Regional na População Brasileira, 1950/1999



As regiões que aumentaram sua participação relativa na população total foram o Norte e o Centro-Oeste, cujos percentuais dobraram nesse período, passando de 3,2% e 3,4%, respectivamente, para 7,4% e 6,8%. Já as regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul, praticamente mantiveram sua

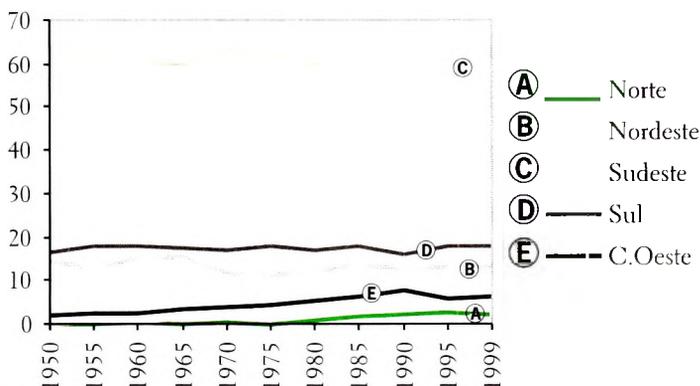
participação no total da população brasileira com, respectivamente, 42,6% e 14,9% em 1999.

Pelo lado da produção, houve uma ligeira desconcentração regional. Vários estudos mostram que, pelo menos até a década de noventa, estava havendo um processo de convergência do PIB *per capita* das regiões brasileiras, mas a velocidade em que esse processo estava ocorrendo era muito baixa de tal forma que necessitaria 50 anos para que as disparidades regionais se reduzissem a metade.

A partir da década de noventa, existe uma controvérsia na literatura sobre a continuação do processo de desconcentração da população. Alguns economistas defendem que está se conformando um polígono de concentração da produção que abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Outros estudiosos argumentam que, apesar desses estados do polígono atraírem cada vez mais as atividades econômicas com mais alta tecnologia e produtividade, ainda está havendo um processo de desconcentração industrial de atividades intensivas em mão-de-obra menos qualificada para as regiões menos desenvolvidas.

Gráfico 2

Participação Regional na PIB Brasileiro, 1950/1999



A análise da evolução temporal da participação regional no PIB nacional mostra que, ao longo da segunda metade do século passado, a posição do Nordeste permaneceu praticamente inalterada, respondendo em média por 13% da produção total. O mesmo comportamento ocorreu na região Sul que aumentou em apenas 1% sua participação no PIB nacional. Mais uma vez, as regiões Norte e Centro-Oeste aumentaram sua participação, beneficiando-se desta vez da queda relativa do Sudeste. Cabe registrar que o Centro-Oeste, em decorrência da expansão da fronteira agrícola e da construção e instalação da Capital Federal em Brasília, mais que triplicou a sua participação do PIB nacional.

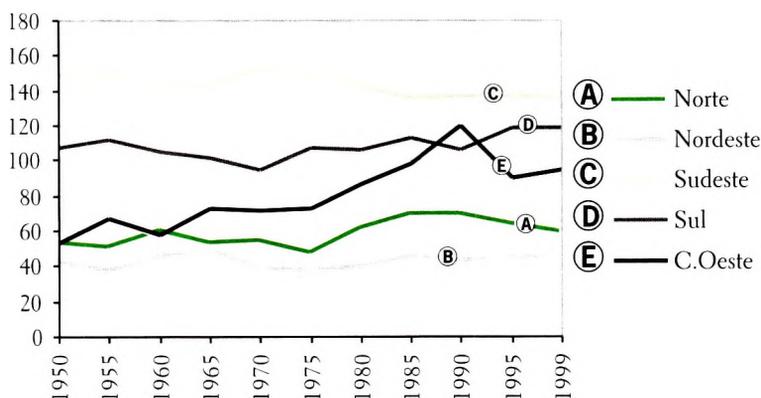
Mas o melhor indicador econômico para se entender as disparidades regionais é o PIB por habitante. O Gráfico 3 mostra a relação entre o PIB *per capita* das regiões em relação à média nacional e revela um quadro alarmante. Ao longo de todo o período analisado, o PIB por habitante do Nordeste não ultrapassou 50% da média brasileira. Enquanto o PIB *per capita* do Nordeste em 1999 foi R\$ 2.600 e a média brasileira é de R\$ 5.740. Já no Sudeste esse valor foi de R\$ 7.800,00. Podemos dizer, então, que o Brasil é *pobre* porque o Nordeste é *miserável!*

Essa constatação fica ainda mais evidente quando se analisa a proporção de pobres por região do País. A metodologia para o cálculo da taxa de pobreza, apresentada na Tabela 1, considerou como pobre a proporção de população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo sobre a população total. Ao longo da década de noventa, houve uma redução da taxa de pobreza no Brasil, diminuindo em 10 pontos percentuais a proporção da população em estado de pobreza. Mesmo assim, na região Nordeste nada menos do que 50% das pessoas são de famílias cuja renda familiar *per capita* é menor do que meio salário mínimo. Considerando que quase um terço da população brasileira reside

no Nordeste, é fácil verificar que se excluíssemos esta região do cálculo a taxa de pobreza do Brasil cairia quase pela metade. Refazendo o mesmo exercício excluindo também a região Norte, a taxa de pobreza do Brasil cairia ainda um pouco mais.

Gráfico 3

Relação entre o PIB per capita Regional e Nacional, 1950/1999



Essa é outra forma de vermos que o problema da pobreza no Brasil é regionalmente localizado. E isso significa dizer que temos um sério problema de desigualdade entre as regiões que não será resolvido apenas por meio de políticas sociais compensatórias mas, sim, com instrumentos que promovam de fato o desenvolvimento das regiões mais deprimidas.

A análise de outros indicadores sociais permite o mesmo tipo de conclusão: no Brasil a questão das desigualdades tem uma forte conotação regional. A Tabela 2 mostra que em todos os indicadores sociais selecionados a região Nordeste apresenta os piores resultados, a despeito da melhoria desses índices ao longo da década de noventa.

Tabela 1
Taxa de Pobreza (%)

Regiões	1992	1999
Norte	47,50	34,85
Nordeste	60,60	50,15
Sudeste	26,90	16,78
Sul	29,40	19,84
Centro-Oeste	37,20	23,64
Brasil	38,90	28,36

Fonte: IPEA, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD/IBGE

Tabela 2
Indicadores Sociais Selecionados

Regiões	Taxa de mortalidade infantil, 1999 ¹	Taxa de analfabetismo, 1999 ²	Proporção de chefes de famílias com rendimento mensal até 1 SM, 2000	IDH, 1996
Norte	34,1	11,6	28,8	0,727
Nordeste	53,0	26,6	44,7	0,608
Sudeste	24,4	7,8	15,4	0,857
Sul	20,7	7,8	17,9	0,860
C.-Oeste	24,5	10,8	19,7	0,848
Brasil	34,6	13,3	24,4	0,830

Notas:

1 = Mortalidade infantil por mil nascidos vivos

2 = Pessoas de 15 anos ou mais de idade

A mesma interpretação ocorre quando se analisa o valor da renda média dos 10% mais pobres da população. Em 1992, no Nordeste a renda média desse grupo era de R\$ 10,00 por habitante/mês, enquanto esse valor para o Brasil era de R\$ 18,00 *per capita*/mês. Em 1999, esse valor no Nordeste passou para R\$ 17,00, menor que a média brasileira em 1992. Esse mesmo comportamento ocorreu para todos os indicadores sociais: o Nordeste em 1999 apresenta índices sociais piores do que a média brasileira em 1992!

Será que nossas políticas de desenvolvimento regional são suficientes e adequadas para reduzir as desigualdades regionais?

Esse quadro nos leva a questionar sobre as políticas implementadas nos últimos tempos no Brasil. Será que temos tratado do problema da desigualdade regional da forma correta? Será que os instrumentos de política regional utilizados são os mais adequados?

Existem várias instituições criadas para a promoção do desenvolvimento regional. Para a região Nordeste, a mais conhecida é a SUDENE, cujo modelo de concepção foi exemplar. Mas existem ainda outras que, de forma direta ou indireta, promovem o desenvolvimento da região Nordeste. O Banco Nordeste do Brasil – BNB responsável por quase 78% dos empréstimos rurais e industriais da região Nordeste com cobertura em quase todos os municípios do Nordeste, a CODESVAASF, a Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco, responsável pelo desenvolvimento do Pólo Petrolina–Juazeiro, cuja experiência se mostrou bastante exitosa são as principais.

Há ainda o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), que tem como responsabilidade abrir açudes e poços, criado em 1906, e a CHESF (Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco), que apesar de ter como missão a produção e

transmissão de energia, tem ajudado a melhorar as condições de vida da população da região Nordeste.

Com relação aos instrumentos e recursos para a implementação de políticas regionais, destacam-se o FINOR, FNE e algumas linhas de crédito do BNDES específicas para a região. Há ainda os financiamentos da Caixa Econômica Federal, na área de habitação e saneamento, e do Banco do Brasil para a agricultura. A média anual de recursos enviados para o Nordeste por meio desses instrumentos nos últimos anos é de 2,7 bilhões de Reais.

Os investimentos públicos também são de extrema importância para o desenvolvimento econômico, sendo em muitos casos os principais promotores do crescimento econômico da região. Vários estudos mostram a alta correlação entre os investimentos públicos (diretos ou via empresas públicas) e a taxa de crescimento do Nordeste.

Uma forma de verificar a importância desses instrumentos no desenvolvimento econômico da região é por meio da comparação entre a taxa anual de crescimento do PIB *per capita* da região Nordeste e do Brasil. Nas últimas décadas, o Nordeste cresceu a taxas superiores ou iguais à média brasileira. Isso pode significar que na ausência desses instrumentos o abismo que separa o Nordeste das regiões mais desenvolvidas poderia ser ainda maior. Fica ainda a pergunta: por quê a participação do Nordeste na formação do PIB brasileiro permanece em 13%, enquanto sua população corresponde a 28% do total? Ou, ainda, por quê o valor do PIB *per capita* do Nordeste não conseguiu ultrapassar 50% da média brasileira durante toda a segunda metade do Século XX?

É necessário avaliar a efetividade dos atuais instrumentos de política regional para promover o desenvolvimento da região, que é uma questão que gera muita controvérsia. Pode ser que no início do modelo implantado pela SUDENE os instrumentos utilizados

fossem os mais adequados, mas será que atualmente com as novas tecnologias e abertura comercial eles permanecem eficientes?

É importante analisar também se o volume de recursos aplicados na região foi suficiente para reduzir as disparidades. Aí precisamos comparar com os recursos destinados às regiões mais desenvolvidas por meio dos investimentos públicos e pelas políticas setoriais.

Apenas por meio das políticas fiscais de incentivos tributários às empresas de determinados setores, que apesar de não terem uma conotação regional seu impacto é localizado territorialmente, no ano 2000, 50% foram concedidos a empresas do Sudeste. No Nordeste, apenas 9% das empresas foram beneficiadas. Esse pode estar sendo um mecanismo perverso para a redução das disparidades regionais uma vez que gera um círculo vicioso: a região Sudeste, que é a mais rica, é mais beneficiada porque as empresas estão lá localizadas. Pode-se dizer que este é um instrumento de desenvolvimento econômico altamente concentrador para as regiões mais ricas.

Além disso, quando se analisa regionalmente o desembolso do Sistema BNDES, que é o principal instrumento de desenvolvimento econômico do País, percebe-se mais uma vez que são as regiões mais ricas as mais beneficiadas. Mais uma vez a razão está na já existente concentração da produção nessas regiões: são as empresas nelas localizadas as que têm maiores capacidades de tomarem empréstimo. Em média, na década de noventa, 50% dos recursos foram destinados para a região Sudeste e 22% para o Sul. A média para o Nordeste nesses anos foi de pouco menos de 15%, mas esse valor está “puxado para cima” devido aos investimentos realizados no início da década na construção da Hidrelétrica de Xingo pelo BNDES.

Diante desses fatos, a constatação de que o abismo econômico que separa o Nordeste das regiões mais ricas do País quase não se alterou ao longo da segunda metade do século passado não é tão surpreendente.

Pode até ser que os recursos do FINOR e FNE não tenham sido aplicados da forma mais eficiente ou até que tenha havido “desvios” de recursos (o que não é um problema regionalmente localizado visto que infelizmente temos tomado conhecimento de escândalos financeiros em todas as partes do País). Mas atribuir apenas a esses fatos a razão do Nordeste continuar com um enorme atraso econômico é simplificar por demais a questão regional. Instrumentos de política regional por si só não são suficientes para reduzir as disparidades existentes se, por outro lado, existirem políticas de desenvolvimento econômico que sejam perversas à redução das desigualdades regionais de renda.

Políticas regionais versus políticas compensatórias

Nos últimos anos, quando se compara a trajetória dos gastos em políticas sociais e a dos investimentos públicos percebe-se que a primeira é crescente e que os recursos para investimentos são cada vez menores. A simples comparação dos valores líquidos repassados para a região Nordeste por meio das políticas regionais tradicionais e das políticas sociais mostra que é por meio dessas últimas que se processam as grandes transferências líquidas inter-regionais de renda no Brasil.

Definem-se como *transferências líquidas de renda*¹ a diferença, por região, entre os benefícios recebidos pelas famílias provenientes dos programas sociais e os valores enviados pelas mesmas para o governo, em forma de contribuições e impostos

diretos e indiretos que são utilizados para financiar os programas em questão. A partir desse conceito, é possível analisar os movimentos regionais de recursos líquidos decorrentes dos programas sociais e seus impactos sobre as reduções das disparidades regionais de renda.

Por meio dos programas sociais², no ano de 1999, foram transferidos, em termos líquidos, para a região Nordeste mais de R\$5,5 bilhões, correspondentes a um incremento de R\$118,91 na renda por habitante dessa região. Já os valores repassados para essa região por meio dos instrumentos tradicionais da política regional (o FINOR, composto pelos incentivos fiscais e administrado pela ADENE; e o FNE, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, do Banco do Nordeste) pouco ultrapassou R\$ 1,2 bilhão, em termos brutos, no ano de 1999. Admitindo que as proporções entre recebimentos brutos e líquidos sejam as mesmas para os programas de política social e para os instrumentos tradicionais de política regional, o valor líquido repassado por esses Fundos corresponde a algo em torno de R\$ 800 milhões líquidos apenas.

Diante desse quadro, questiona-se a adequação e efetividade desse tipo de política para a promoção do crescimento econômico *sustentável* da região Nordeste.

QUESTÕES AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Qual a sua proposta de modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Nordeste? Permanecerá o modelo apenas de “políticas compensatórias” sem a existência de “políticas de promoção do crescimento econômico”?

- Qual será a real função da ADENE? Quais serão os instrumentos e recursos disponíveis para a promoção do desenvolvimento regional? Qual a importância institucional que será dada à questão das desigualdades regionais? Como pode ser fortalecida?
- O incentivo às microempresas e pequenas empresas pode ser um importante instrumento de desenvolvimento. Qual a sua posição e modelo adotado para os pequenos produtores tenham acesso ao micro-crédito? Além disso, é importante dar condições para que essas microempresas e pequenas empresas tenham acesso às novas tecnologias.

Notas

¹ Pesquisa realizada pela Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA. A descrição das fontes das informações e da metodologia para o cálculo da participação das regiões no financiamento dos gastos sociais encontra-se em MAC DOWELL, MAIA GOMES, SOUZA e SILVA. *Transferências inter-regionais de Renda: quem paga e quem recebe os benefícios da previdência e os serviços públicos de saúde e de educação no Brasil?* Brasília: IPEA, 2002. (Relatório Preliminar de Pesquisa).

² Consideraram-se as transferências monetárias provenientes do pagamento de pensões e aposentadorias do INSS, do seguro desemprego, abono salarial, assistência aos idosos e deficientes (LOAS); programas do FNDE (merenda escolar, dinheiro direto na escola e livro didático; e programas do SUS (Farmácia Básica, Saúde da Família, Agente Comunitário de Saúde e Combate às Carências Nutricionais).

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy